

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Sala:00125

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS

PROVAS DISCURSIVAS

PARA USO EXCLUSIVO
DO CHEFE DE SALA

CANDIDATO AUSENTE

☐ SIM

PROVA DISCURSIVA P3 – QUESTÃO 1

- 1 Os partidos políticos têm natureza jurídica de pessoa jurídica de
2 direito privado. Podem ~~ser~~ seus dirigentes ~~se~~ ser responsabilizados pelo
3 Tribunal de Contas da União (TCU) por usar, guardar, gerenciar, admi-
4 nistrar ou ameaçar recursos públicos (art. 71, II, da Constituição Fede-
5 ral – CF).
- 6 No papel de fiscalizar as contas de gestão dos dirigentes de
7 partidos políticos, o TCU poderá ~~lhes~~ lhes aplicar sanções. A Corte de Con-
8 tas pode aplicar multa, no valor de 30%, e suspender a eficácia dos
9 atos dos dirigentes, conforme art. 71 da CF e conforme o regimento
10 interno do TCU.

PROVA DISCURSIVA P4 – QUESTÃO 2

- 1 A administrativista Maria Di Pietro explica que, implicitamente, a
2 Lei 8.666/1993 dispõe acerca da teoria da imprevisão, segundo a qual há situa-
3 ções que não culpam a administração (fato do príncipe) ou o contratado
4 (fato da administração) pela inexecução do contrato.
- 5 O fato do príncipe ocorre, de acordo com a Lei de Licitações, quando
6 há calamidade pública ou força maior. Já o fato da administração ocorre,
7 por exemplo, quando esta não paga o particular por mais de 90 dias.
- 8 O contrato ~~administrativo~~ administrativo, conforme a Lei 8.666/1993, pode ser
9 rescindido unilateralmente pela administração ou judicial ou amigavelmente
10 se, no caso de culpa da administração.

4704465639


cespeUnB
 Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

2/3

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Sala:00125

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS

PROVAS DISCURSIVAS

PARA USO EXCLUSIVO
DO CHEFE DE SALA

CANDIDATO AUSENTE

☐ SIM

PROVA DISCURSIVA P4 – PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA

1 No primeiro relatório de gestão fiscal de 2012, o Poder Executivo
2 federal ~~atingiu~~ atingiu 39% dos gastos da receita corrente líquida (RCL)
3 com despesas de pessoal. Esse valor corresponde a pouco mais de 95%
4 do limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsa-
5 bilidade Fiscal (LRF). O limite total é de 40,9% da RCL.

6 Diante dessa situação, a LRF estabelece, expressamente, um pa-
7 pel ao Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a referida
8 lei, o TCU alertará os poderes e o Ministério Público da União, quan-
9 do eles atingirem o equivalente a 90% da RCL com gastos com pes-
10 soal. No caso em apreço, o Poder Executivo ultrapassou o limite de ~~te~~
11 alerta, podendo o TCU exercer seu papel.

12 O Poder Executivo federal, neste caso, ultrapassou um segun-
13 do limite estabelecido pela LC 101/2000. Segundo a LRF, atingido o li-
14 mite de 95% da RCL com despesas de pessoal, serão impostas as re-
15 gras do denominado limite prudencial. O Poder Execut~~ivo~~ Executivo de-
16 verá, por exemplo, deixar de gastar com pessoal (a não ser saúde, pre-
17 vidência ou educação, em contratos temporários) e deixar de realizar ~~trans~~
18 transferências facultativas aos estados e municípios. ~~Essa ultrapass~~

19 ~~te~~ Caso ultrapasse 100% do que a LRF estabeleceu, o Poder Exe-
20 cutivo federal terá de reduzir o quadro de pessoal, começando por
21 quem não foi aprovado em serviço público, depois por ocupante de
22 cargo comissionado e, por fim, por servidores efetivos, conforme a ne-